





## **PROJETO DE LEI N. 146/2021**

**DISPÕE** sobre a criação de programa ambulatorial de fisioterapia respiratória para tratar sequelas respiratórias dos pacientes que tiveram COVID-19 e dá outras providências.

- **Art. 1º** Fica criado o programa de Fisioterapia Respiratória Ambulatorial Especializado para tratamento das pessoas que apresentam sequelas pulmonares em decorrência do COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Manaus.
- **Art. 2°** O objetivo do programa a que se refere o art. 1º desta Lei é garantir atendimento às pessoas com sequelas pulmonares decorrentes da COVID-19 que tenham acarretado em prejuízo em suas atividades de vida diária, bem como na qualidade de vida, de todas as faixas etárias.
- **Art. 3°** Os pacientes que apresentarem sequelas pulmonares decorrentes de sintomas do COVID-19 serão encaminhados para avaliação, diagnóstico fisioterapêutico e selecionadas para o programa de Fisioterapia Respiratória Ambulatorial Especializado.
- **Art. 4º** As equipes de fisioterapia serão constituídas por profissionais graduados em Fisioterapia, com pós-graduação e/ou título de especialista em Fisioterapia Respiratória, selecionados pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus SEMSA.
- **Art. 5º** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde SEMSA, regulamentará a presente Lei.







## **GABINETE DA VEREADORA YOMARA LINS**

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 07 de abril de 2021.

YOMARA LINS Vereadora / PRTB







## **GABINETE DA VEREADORA YOMARA LINS**

## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa a criação deste programa ambulatorial para para pacientes recuperados, com sequelas respiratórias/pulmonares, do COVID-19. Tais serviços contarão com atendimento de fisioterapia respiratória, além de todos os instrumentos, insumos, recursos e especialistas para seguir o protocolo de saúde definido pelas autoridades competentes.

Insta salientar que tal proposta não gerará impactos financeiros extras uma vez que tal programa pode ser custeado com recursos financeiros federal e municipal, observando a regra prevista nas normas vigentes.

Dessa forma, solicito o apoio de todos os parlamentares para deliberação plenária requerendo a aprovação desta propositura, a fim de que os trabalhos sejam realizados.

Plenário Adriano Jorge, 07 de abril de 2021.

YOMARA LINS Vereadora / PRTB